

Empresas de telecom terão de contribuir

A liminar que isentaria as empresas de telecomunicações da Contribuição para o Desenvolvimento da **Indústria Cinematográfica** Nacional (Condecine) anual ao Fundo Setorial **Audiovisual** (FSA) foi derrubada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, nesta terça-feira, 8.

No fim de janeiro, a 4ª Vara de Brasília isentou o Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil) as teles da contribuição por meio de uma liminar.

O argumento das telecom é que a contribuição havia se tornado um canal de arrecadação por parte do governo. Agora, sem a isenção da liminar, as empresas terão de recolher normalmente a Condecine Teles no dia 31 de março, referente ao ano de 2015. As ações, no entanto, permanecem para julgamento.

No ano passado, a arrecadação foi de R\$ 915,4 milhões. A previsão para este ano, segundo **Manoel Rangel**, diretor-presidente da **Agência Nacional do Cinema (Ancine)**, é de R\$ 1,14 bilhão.

A movimentação do SindiTeleBrasil de se isentar da contribuição gerou sinais de uma possível crise. "Caso a liminar não seja derrubada haverá uma grave crise no setor", disse Rangel em entrevista ao jornal Valor, em fevereiro deste ano. O dinheiro vindo das teles representa em torno de 78% do FSA.

No mesmo mês, mais de trinta entidades do setor assinaram um comunicado expressando a preocupação sobre o retrocesso que a liminar isentando as empresas da Condecine

representaria no mercado.

Aumento da Condecine

Em outubro do ano passado, os valores da contribuição foram reajustados. A Condecine Título, que envolve todos os players que atuam no setor do **Audiovisual**, sofreu aumento de 143% em seu valor. Já a Condecine Teles, destinado a serviços de distribuição, subiu 28,48%. Os reajustes foram feitos com base na inflação. O objetivo da arrecadação dos dois tributos é incentivar o desenvolvimento do **Mercado Audiovisual** brasileiro.

O aumento acendeu discussões no fim de 2015. A Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e a Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro) se colocaram contra o reajuste, alegando que poderia gerar retração no setor, principalmente, por haver um cenário de crise econômica no País. Já a Associação de Produtores de Obras Audiovisuais (Apro) julgou o reajuste necessário, mas que poderia ter ficado para 2016.